



IMPASSES E PERSPECTIVAS DA INSCRIÇÃO TESTEMUNHAL NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DITADURA. MEMÓRIA, HISTÓRIA E ESPAÇO PÚBLICO

Nashla Dahás¹

Resumo: Desde os anos 2000, a história oral, a memória e o testemunho vêm adquirindo maior espaço na historiografia brasileira da última ditadura, e contribuindo para a aproximação tensa e conflituosa deste campo com o espaço público, suas disputas políticas e processos de circulação e identificação cultural. O objetivo deste artigo é identificar e discutir os sentidos da memória nas produções historiográficas da ditadura nas duas últimas décadas trabalhando com a historiografia enquanto produtora de memória em estreita relação com o espaço público. Destacamos diferentes abordagens do chamado “dever de memória” em suas relações com as políticas públicas de memória no Brasil, os desdobramentos da consolidação da história do tempo presente para as relações entre história e memória, e os dissensos historiográficos a respeito das memórias revolucionárias e dos usos de categorias como trauma e frustração.

Palavras-chave: Memória; história; Ditadura; história oral; testemunho.

Abstract: Since the 2000s, oral history, memory and testimony have acquired greater space in the Brazilian historiography of the last dictatorship, and have contributed to the tense and conflicting approach of this field with the public space, its political disputes and processes of circulation and cultural identification. The aim of this article is to identify and discuss the meanings of memory in the historiographic productions of the dictatorship in the last two decades working with historiography as a producer of memory in close relationship with the public space. We highlight different approaches to the so-called “memory duty” in its relations with public policies of memory in Brazil, the consequences of the consolidation of the history of the present time for the relations between history and memory, and the historiographical dissent regarding revolutionary memories and uses of categories such as trauma and frustration.

Keywords: Memory; history; Dictatorship; oral history; testimony.

Introdução

Passados mais de trinta anos dos marcos oficiais da redemocratização no Brasil (1985) é forçoso dizer que o campo historiográfico encontrou no golpe, instauração da ditadura e processo de transição importantes pontos de inflexão a partir dos quais se estabeleceram novas perspectivas acerca das relações entre história e memória. No bojo desse movimento,

¹ Doutora em História Social pela UFRJ. Pós-doutorado em História do Tempo Presente pela UDESC. E-mail: nashladahas@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5384-4715>.

nova gramática foi surgindo do contato com disciplinas como a psicanálise, a antropologia, arquivologia forense e o direito, entre outras. *Trauma, frustração, reparação, políticas de memória, dever de memória, vitimização, terrorismo de Estado, testemunho*, são apenas algumas das palavras e categorias de análise que, embora circulassem anteriormente, se tornaram cada vez mais correntes nas pesquisas em História desde ao menos os anos 2000.

Paralelamente, a afirmação da História do Tempo Presente como campo específico de estudos com clara ênfase na memória, metodologias ligadas à História Oral e fontes testemunhais contribuiu para adensar teoricamente o debate, formando novas gerações de historiadores(as) sensíveis a esse aparato e seus pressupostos epistemológicos, entre os quais, a politicidade dos temas históricos e a convivência entre os(as) sujeitos que escrevem e aqueles(as) sobre os(as) quais se escreve. A memória, em sua tríplice afirmação - como representação do passado no presente, como prática e cultura social e como valor com vocação universal (DELACROIX, 2018), tornou-se uma das características mais importantes do nosso presente, constituindo o 'nó' dos questionamentos acerca da relação, ou do liame entre história, historiadores(as) e espaço público. Daí porque interessa-nos as especificidades da expressão política e historiográfica de incorporação dessa atmosfera memorial, bem como os desafios teóricos e epistemológicos abertos por essa relação.

Diante desse quadro, o duplo objetivo deste artigo é apresentar alguns sentidos atribuídos à memória na produção historiográfica da ditadura brasileira e trabalhar com a historiografia enquanto produtora de memória em estreita relação com o espaço público. Embora diferentes conjunturas políticas tenham atravessado o país, assim como políticas de memória e de esquecimento foram desenvolvidas por distintos governos, pode-se dizer que ao longo das duas últimas décadas, a memória - como tema, problema, objeto ou fonte - veio adquirindo maior espaço na historiografia da última ditadura em todo o Cone Sul, e contribuindo para a aproximação tensa e conflituosa deste campo com o espaço público, suas disputas políticas e processos de circulação cultural. Tais imbricações se tornaram tanto mais claras quanto, nos últimos anos, a ascensão de governos identificados como de direita ou extrema-direita passaram a interferir nas produções acadêmicas na área de Humanidades, com destaque para o ataque evidente à disciplina História.

O Brasil é considerado por grande parte de seus(as) historiadores(as) como exemplo emblemático de transição negociada para a democracia, ou para o *pós-ditadura*, como preferem alguns especialistas latino-americanos (PINTO, 2006). A natureza das modalidades repressivas assumidas pelos distintos regimes autoritários que marcaram o século XX no Cone Sul (PEREIRA, 2010), assim como as características e embates internos das forças de

oposição às ditaduras (RIDENTI, 1993; POZO, 1992) vêm sendo debatidos com maior ou menor intensidade em ambos os países desde o começo dos anos de 1990 e de acordo com as conjunturas políticas presentes, com mais ou menos espaço de diálogo e de escuta a respeito das violações de direitos humanos cometidas, e da questão da violência política em geral. Nas últimas décadas, entretanto, a guinada cultural para os usos e abusos da memória como processo fundamental de produção de identidades políticas e sociais foi acompanhada pelo acirramento das disputas político-eleitorais com bases de representação associadas ao passado recente. Como desdobramento historiográfico desse processo, os temas da transição e dos conteúdos de ambas as democracias, bem como de sua associação adquiriram destaque (JELIN, 2014, SCHMIDT, 2015) desde perspectivas que cruzam necessariamente as esferas jurídica, política, humanitária e acadêmica, cada uma com suas lógicas de intervenção e ação distintas (ou não, segundo as variadas posições).

Neste artigo, pretendemos identificar e discutir as maneiras pelas quais discurso historiográfico brasileiro acolheu a categoria de dívida, demanda social, ou do “dever de memória”, (nem sempre expresso nesses termos) entendido como a reivindicação pública de uma história criminosa, feita pelas vítimas e marcada por um apelo à justiça do presente (RICOEUR, 2003). Pensaremos também sobre os lugares – em termos de espaços, valores e latências – atribuídos aos testemunhos na construção da escrita da história do passado autoritário mais recente. Por fim, pretendemos identificar diversas abordagens historiográficas do tema considerando a relação desta intelectualidade com as agendas do Estado democrático em termos de políticas públicas de memória e reparação. Em nossa percepção, trata-se de um conjunto de questões com as quais teremos de lidar se quisermos ressignificar e valorizar epistemológica e politicamente o papel da historiografia e da História Oral como produtoras de memória no contexto atual da América Latina e ao Sul global.

Temos em mente a inviabilidade de discutir quantitativamente a inscrição testemunhal no interior da extensa produção historiográfica em questão no espaço deste artigo. Trata-se do primeiro passo de uma pesquisa mais ampla sobre o tema. Diante disso, nosso arco de análise inclui alguns delimitadores que precisam ser enunciados. Em primeiro lugar, priorizamos as narrativas produzidas a partir dos anos 2000. Parece ser ponto pacífico que este foi um momento em que a questão da memória e sua suposta “invasão” sobre o espaço público desde ao menos os anos 1970 e 1980 se tornaram objeto mais evidente da prática historiográfica. Tratou-se simultaneamente, vale dizer, de um contexto epistemológico de afirmação da História do Tempo Presente como campo específico de estudos da contemporaneidade essencialmente caracterizado pela possibilidade do conhecimento histórico ser confrontado

pelo testemunho dos(as) sujeitos que viveram os fenômenos narrados e/ou explicados (FICO, 2012), conforme já mencionamos anteriormente.

Dentre a bibliografia disponível, selecionamos autores(as) com publicações completas e continuadas sobre o tema da ditadura no interior do qual destacam ou questionam a questão das memórias na historiografia, além de terem se constituído como referências sociais no assunto, projetando em círculos de maior intervenção pública problemas frequentemente acadêmicos. Ou seja, são, em geral, acadêmicos de carreira universitária com inserção social significativa através da presença na grande imprensa, em círculos identificados com a militância política dos familiares e vítimas da ditadura ou defesa dos direitos humanos.

Por fim, alguns comentários de natureza teórico-metodológica: operaremos os estudos historiográficos encarando-os a partir de seu poder de transmissibilidade e de fabricação de memórias em estreita relação com o espaço público entendido, por sua vez, como conjunto de locais de circulação de ideias e opiniões, mais ou menos tradicionais, desde a grande mídia e as instituições políticas stricto sensu às novas redes sociais, entre outras esferas e sociabilidades (MOTTA, 2016). Buscamos compreender a pluralidade e publicidade das memórias das ditaduras, e, portanto, a emergência historiográfica de natureza conflitiva de testemunhos como elemento de dignidade intelectual análogo à historiografia considerada mais tradicional, e necessária à credibilidade de nossa narrativa (RICOEUR, 2012). Pretendemos evitar a separação ou hierarquização entre história e memória, esforçando-nos por tecer nossa argumentação de acordo com uma perspectiva não contínua de tempo e que reconheça a impossibilidade de distanciamento entre o sujeito-historiador e o seu objeto (CATROGA, 2006), esquivando-se, contudo, de um processo de identificação acrítica (LACAPRA, 2005). Conforme Henry Rousso, acreditamos em uma epistemologia nascida dos próprios impasses trazidos pela escolha de uma subjetividade assumida diante dos testemunhos das catástrofes: “antes de ignorar suas próprias inclinações ou sua própria identidade, o historiador deve se servir disso para pôr à sua maneira problemas que não podem ser tratados de modo “neutro”” (ROUSSO, 2016, p. 186).

Memória política, memória incômoda

Em prefácio recente de livro organizado por doutorandos(as) de diferentes universidades intitulado *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro* (2017), o historiador Marcos Napolitano questiona o lugar efetivo da história oral e das memórias sociais na historiografia brasileira da ditadura. A questão

pressupõe a compreensão de que história oral e memórias sociais não são uma única e mesma coisa, assim como sugere que a discussão venha ocupando um espaço no mínimo periférico no conjunto dos estudos sobre a última ditadura militar brasileira. O próprio autor, consagrado no campo especialmente por seus trabalhos sobre a história cultural da ditadura, oferece algumas hipóteses. Em primeiro lugar, a história oral e os testemunhos sobre o regime militar teriam caminhado desde muito cedo paralelos à historiografia que, em sua escalada como campo consolidado de pesquisa, optou majoritariamente pelos documentos tidos como tradicionais; quais sejam, registros escritos produzidos no momento mesmo dos acontecimentos e submetidos posteriormente à rigorosa crítica de fontes. Nessas circunstâncias, pode-se dizer que entre os resultados desse processo peculiar ao Brasil de construção de sentidos históricos para o período autoritário mais recente, está a produção de uma historiografia pouco afeita aos estudos sobre a subjetividade e a memória como objeto, fonte ou matriz da história. Consideramos, pois, que tais características possam ter implicações importantes para o *esquecimento* de que trata o termo atualmente corrente “civil-militar” para designar o apoio social ao autoritarismo imposto em 1964. Trata-se ainda de uma questão em aberto.

Janaina de Almeida Teles, uma das primeiras historiadoras brasileiras a produzir tese de doutorado sobre as *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil* (2011), tem outra hipótese sobre a diferença brasileira na construção de lugares historiográficos para as memórias da repressão e também da revolução. Segundo a autora, filha de presos políticos dos anos de 1970, uma das modalidades repressivas brasileiras consistiu em submeter parcela dos perseguidos políticos aos tribunais de exceção, controlados pela justiça militar desde 1965. Muitos desses presos fizeram declarações em juízo que continham denúncias das torturas sofridas, nas quais mencionavam os nomes dos torturadores e os métodos de sevícia empregados. Ou seja, a ditadura brasileira produziu documentos oficiais que desde ao menos o ano de 2004 foram transferidos para o Arquivo Nacional, destacando-se os do Conselho de Segurança Nacional (CSN), do Serviço Nacional de Informações (SNI), o da Comissão Geral de Investigações (CGI), da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) (FICO, 2008). Assim, poder-se-ia argumentar que, enquanto toda a região do Cone Sul se voltava para as denúncias de atingidos, ou relatos elaborados por entidades que se dedicam à defesa dos Direitos Humanos, no Brasil, a historiografia, valendo-se de documentos oficiais acabaria por evitar os testemunhos partidos das vítimas, em geral, imbuídos de motivações políticas.

Seja como for, o ponto é que, no Brasil, apenas muito recentemente as memórias da ditadura alcançaram maior visibilidade política e volume historiográfico. Em grande medida, podemos afirmar que ainda se trata de *memórias incômodas* (ARAÚJO, 2000) pensadas de uma perspectiva do dever de memória como um dever de visibilidade, publicidade e multiplicidade que ainda estão em discussão.

Na tese citada acima, Janaina Teles enfatiza a incompletude da reconstituição factual e da reflexão crítica acerca da ditadura civil-militar de 1964. A partir da gramática do *silêncio* e da *interdição*, a historiadora discute, entre outras questões, a dificuldade de visibilidade dos testemunhos da violência política no Brasil pós-ditadura e associa essa circunstância ao problema social e historiográfico da desarticulação entre passado recente e presente. Apesar dos dois marcos públicos fundacionais para ampliação de identidades ligadas às violações ditatoriais - a publicação do projeto-livro *Brasil Nunca Mais*, em 1985, e a descoberta e abertura da vala clandestina de Perus, em 1990 -, a autora conclui relacionando as disputas memoriais da ditadura com a falta de políticas públicas mais consistentes a respeito do passado recente, sobretudo, envolvendo a consigna “Verdade e Justiça”. Assim, o testemunho da vitimização em ditadura adquire o espaço de uma luta contra a impunidade, pela responsabilização dos crimes cometidos e pela denúncia das continuidades entre exceção e democracia.

Em 2009, por ocasião dos trinta anos da promulgação da controversa Anistia pela ditadura brasileira, o crítico literário Márcio Seligmann-Silva formulou argumentação que, a despeito de importantes acontecimentos posteriores como a realização da Comissão Nacional da Verdade, permanecem pertinentes. Em ensaio intitulado *Testemunho, políticas da memória e o caso da desmemória da ditadura brasileira*, o autor afirma que exatamente o testemunho poderia servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catástrofe àqueles(as) que foram perseguidos(as) no período de exceção e que, naquele momento, se tornaram, antes de mais nada, vítimas. Mas essa “cultura do testemunho” da qual compartilhavam países como Argentina, Chile e Uruguai, não teria atingido o Brasil:

Nossas vítimas não puderam se transformar em acusadores, os eventos da ditadura não puderam sequer ser transformados em fatos. O fantástico e escandaloso sequestro das provas e dos testemunhos mantém o Brasil como que congelado no tempo, quando se trata do enfrentamento político-jurídico e do trabalho de memória da nossa ditadura (SELIGMANN-SILVA, 2009).

Seligmann-Silva insiste que, no Brasil, críticas como a de Beatriz Sarlo (referência importante em muitas pesquisas historiográficas brasileiras a respeito da história oral e da memória) à referida cultura da memória e aos “excessos” de testemunho não fazem sentido,

não estão em sintonia com a realidade. Por aqui, segundo o autor, mal havíamos começamos a testemunhar.

Memória radical, memória silenciada

De fato, ao que nos parece, a historiografia brasileira pós-ditadura instaurou a desconfiança crítica ao testemunho, a desconstrução do testemunho, antes mesmo que ele pudesse operacionalizar concepções menos tradicionais de tempo e de história. Para isso, concorreu decisivamente o fato de que, como afirma Seligman-Silva, o debate político não tenha conseguido pôr em movimento a vítima no sentido de transformá-la em um sujeito que acusa. Esse é um ponto bastante caro à nossa interpretação das especificidades da inscrição do testemunho na produção em história no Brasil. Especialmente, aos sujeitos revolucionários dos anos de 1960 e 70, suspeitamos que o campo historiográfico parece ter fechado as portas. É sintomático que as três obras mais citadas sobre as esquerdas radicais ainda hoje sejam as mesmas produzidas entre fins dos anos de 1980 e meados da década de 1990. Trata-se dos livros de Jacob Gorender, *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada* (1987), Daniel Aarão Reis, *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil* (1989) e Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira* (1993), sobre os sentidos da Revolução e seus sujeitos naquele contexto histórico. A memória radical brasileira (Dahás, 2015), especificamente, parece ainda não ter encontrado espaços de escuta.

Em artigo recente sobre a historiografia da ditadura, Mariana Joffily (2017) enquadrou a referida produção de Daniel Aarão Reis no circuito mais geral de rebaixamento do horizonte de expectativas da esquerda mundial com a queda do Muro de Berlim (1989). A historiadora reafirma a ideia de que o ano de 1989 constituiu um marco para o fim de uma era em que a experiência revolucionária socialista havia representado uma alternativa não apenas viável, mas pensada (e sentida) como inevitável, justificada a partir de uma interpretação do estado de desenvolvimento das contradições sociais no seio do capitalismo, sobretudo nos países do chamado terceiro mundo.

De fato, entre os anos de 1990 e meados dos anos 2010, verificou-se a valorização da sociedade civil e do 'privado'; conforme identifica Pilar Calveiro (2013), governos de concertação e pacificação em todo o globo condenaram discursivamente as formas de violência aberta, em especial a violência política. Segundo Calveiro, avançou-se no sentido da ruptura de fronteiras – transnacional, transgênero, híbrido, multicultural-, se exaltaram as diversidades, e, para permitir a sua livre expressão, surgiram as organização em redes e novos

suportes de comunicação. Tratou-se, em grande medida de uma reconfiguração dos imaginários (SAFATLE, 2018). Nessas circunstâncias, as memórias da violência política outrora justificadas por um futuro outro e-ou socialista ficaram sem lugar na esfera pública – condição de invisibilidade para a qual convergem também certas políticas públicas de memória, como as de reparação individual, “caso por caso” (TELES, 2012).

Parece-nos, entretanto, que a compreensão contextual dos *desencontros*, *desilusões* e *fantasmas* associados à experiência revolucionária pelos três ex-militantes -convertidos nas três maiores referências historiográficas brasileiras acerca da subjetividade que fermentou entre parte das esquerdas dos anos 1960 e 70 -, não explica por tabela o silenciamento daquelas memórias, o universo amplo e multifacetado das lembranças de quem viveu a iminência revolucionária naquele período.

Sem dúvida, a perspectiva de Daniel Aarão Reis segundo a qual “as organizações revolucionárias brasileiras estavam preparadas, coesas e mobilizadas, em uma palavra, prontas – mas a revolução faltou ao encontro” (REIS, 1990, p.186) implicou o questionamento da capacidade de sensibilidade daqueles movimentos para perceber o ritmo social das transformações possíveis ou imaginadas. Mas as ambiguidades implícitas à abordagem dessa questão por uma chave de entendimento mais pragmática ou fatalista em relação ao “fim das expectativas revolucionárias” pós-1989 também nos permite pensar a dificuldade de discussão da memória radical à esquerda no Brasil pós-ditadura. O próprio Daniel Aarão, em outra ocasião, denunciou o número reduzido de discussões de fôlego sobre os projetos revolucionários:

Nós tínhamos um projeto revolucionário bifurcado, tinha diversas matizes, mas a nossa perspectiva era destruir a ditadura e, de cambulhada, o capitalismo. E nós somos apresentados como pessoas que queriam lutar pela democracia e pela justiça. Outro dia mesmo eu vi uma velha camarada, não vamos citar nomes aqui, porque não cabe, que estava recebendo a indenização dela pela Anistia, e aí um repórter perguntou: “Como é que você vê essa indenização?”. Ela disse: “Muito justa”. “E como é que você vê a sua luta do passado?” Ela disse: “Nós queríamos melhorar esse país.” Ora, melhorar esse país a minha mãe também queria. Os militares também queriam. Nós queríamos revolucionar esse país, nós queríamos construir o socialismo revolucionário nesse país. Como a pessoa pode ser capaz de reformular de tal maneira sua memória? Eu acho muito impressionante isso, é a segunda armadilha. As esquerdas revolucionárias foram reconstruídas como a esquerda da luta democrática no Brasil. Que são as falsificações da História. (REIS, 2011)

É verdade que as memórias da revolução, também chamadas de “autocrítica dos guerrilheiros” tem sido ponto alto de discussões na imprensa e de produções autobiográficas

com algum êxito editorial no Brasil, como ocorre em todo o Cone Sul. Por volta de 2015, por exemplo, ano em que a academia pareceu mobilizada pelos debates sociais provocados pela efeméride dos 50 anos do golpe, ganhou destaque a tese de Daniel Aarão Reis segundo a qual um exercício de reconstrução da memória havia sido operado entre as esquerdas perto de 1974. Esse processo teria sido responsável pela consagração do termo “ditadura militar” para lidar com o período iniciado em 1964 – ano do golpe civil-militar no Brasil –, assim como os “anos de chumbo” referentes à vigência do Ato Institucional Nº5 (AI-5) após dezembro de 1968, tido como momento de endurecimento da repressão política. Segundo o historiador, no seio de movimentos que incluíram a participação fundamental de grandes beneficiários da ditadura, setores da esquerda revolucionária operaram “deslocamentos de sentido” (REIS, 2004) na narrativa construída após a derrota da luta armada e passaram a se colocar como parte da resistência democrática nos anos de 1970, e especialmente, após a lei de anistia em 1979.

Quanto a isso, consideramos importante notar que o tom da discussão historiográfica é menos empírico e-ou reflexivo do que de denúncia e indignação. Ou seja, em grande medida, os “deslocamentos de sentido” não são discutidos a partir dos movimentos próprios à memória-esquecimento e de maneira articulada à dinâmica mais ampla da cultura e da política em cada momento da sociedade desde os anos de 1970. Ao mesmo tempo, essas ressignificações nos permitem entrever as disputas de memória que caracterizam o campo da história das esquerdas brasileiras e da ditadura no país pós-exceção. Está claro que se trata de um sensível emaranhado historiográfico ainda pouco discutido em suas implicações e interferências político-culturais.

Memória e História. A questão do trauma

São significativas as pesquisas que discutem a construção de uma memória militar da ditadura, assim como diversos(as) historiadores(as) vêm se dedicando à memórias militantes e parte de suas lutas pelo direito à verdade e à justiça. As versões militares para o período histórico podem ser encontradas em trabalhos como os realizados por Maria Celina D’Araújo em *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura* (1995), entre outros organizados pela autora em parceria com Celso Castro e Glaucio Ary D. Soares. Carla Luciana Souza da Silva também vem mostrando o privilégio da narrativa militar na grande imprensa configurando, assim, uma memória promotora de suaves rupturas com o passado (2013).

De outra parte, são também acessíveis obras históricas e-ou memorialísticas a respeito dos movimentos sociais, incluindo militantes de diversas organizações e familiares de presos e desaparecidos políticos, como *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares* (2003), de João Roberto Martins Filho, e a já citada “Memórias dos cárceres da ditadura: testemunhos e lutas dos presos políticos no Brasil” (2011), de Janaína Teles, entre outros trabalhos importantes.

Como apresentando anteriormente, as ambiguidades e tensões, pluralidade e diversidade, assim como as transformações subjetivas que permitem pensarmos em memórias militantes de *dissenso*, por um viés não polarizado, que tenha nas experiências dos(as) próprios(as) sujeitos(as) revolucionários(as) dos anos de 1960 e 1970 o tecido de suas narrativas em constante elaboração encerra um grande silêncio na historiografia brasileira. Dificilmente encontramos esse ativar de reelaborações de maneira menos dicotômica e consensual, destacando os cenários de enunciação do trabalho de lembrança, e principalmente os(as) sujeitos envolvidos(as), as diferentes auto-percepções da experiência vivida, da expectativa revolucionária, das negociações de identidade e reelaborações da memória descritas pelos(as) sujeitos e de suas próprias perspectivas.

Em longo e polêmico artigo publicado na revista *Tempo e Argumento* em 2017, intitulado *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*, Carlos Fico destaca uma questão que a seus olhos aparece como uma contradição: o caráter inexpressivo da história da luta armada no Brasil, não obstante ela tenha se tornado o fato emblemático da memória social da ditadura, por sua vez, silenciado do ponto de vista de uma tradição analítica na historiografia.

Não me refiro apenas ao impacto individual que tal coisa possa ter causado nos militantes sobreviventes – que não costumam elaborar a questão em seus depoimentos –, mas à virtual interdição do tema: o assunto nem ao menos é percebido pela literatura pertinente, salvo as breves menções, já referidas, ao recrutamento, que não tratam da dimensão traumática. Esse silêncio é muito importante e deve merecer a atenção dos pesquisadores. A inserção dessa temática na história dos eventos traumáticos do século XX, especialidade muito discutida internacionalmente, talvez seja vista com menosprezo no Brasil porquanto aqui prevalece forte tradição analítica marcada pela tese otimista de Gilberto Freyre sobre a singularidade do brasileiro e pela não menos conhecida interpretação pessimista de Roberto DaMatta segundo a qual tal singularidade seria marcada por um “personalismo pré-moderno”, como já vimos (SOUZA, 2015, p. 70). [...] Talvez seja essa predisposição favorável que explique o predomínio, na literatura especializada, das figuras do paradoxo e da ironia, conforme já mencionei. Seríamos absurdos e ridículos: dizê-lo entretém o público leitor. Daí a dificuldade de considerar seriamente a questão do trauma; daí a suposta dificuldade de entendimento do país, salvo para os profissionais do ramo. É preciso deslindar a questão do trauma como problema historiográfico porque ele terá sido, provavelmente, a

causa da construção do confronto entre “luta armada” e repressão como fato emblemático da ditadura, apesar de as ações armadas terem sido em pequeno número, restritas geograficamente (basicamente às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo) e limitadas temporalmente (avolumaram-se em 1969 e quase não ocorreram em 1971). A hipótese de que a construção desse fato emblemático decorreu de trauma causado pela violência mencionada, demanda, naturalmente, pesquisa sofisticada. Não se trataria, por certo, de memória traumática nos moldes da que se constituiu na Argentina, mas, como já avengei em outro trabalho, de memória restrita aos grupos de esquerda e marcada também pela frustração: frustração com o fracasso da opção pelas armas; com a imutabilidade do projeto militar de transição; com a ausência de clara ruptura entre ditadura e democracia e com a falta de punição dos torturadores (FICO, 2013). (Fico, 2017).

Ao mesmo tempo em que instiga a historiografia à utilização da categoria *trauma* para entender melhor os impasses entre memória histórica e memória social, passando-se, portanto, a outro patamar do chamado direito à memória, menos vinculado à luta política por verdade e justiça, Carlos Fico apresenta a controversa hipótese segundo a qual trauma e frustração concorreriam para essa espécie de *compensação* ou *superlativação* da memória da luta armada contra a ditadura como emblemática do tratamento dispensado ao regime autoritário mais recente no Brasil.

Ao endossar “nova epistemologia do testemunho” proposta pela argentina Veronica Tozzi, o historiador Alexandre de Sá Avelar retoma as considerações de Carlos Fico acerca das categorias de trauma e frustração para propor um caminho de saída da historiografia brasileira da ditadura de seu “*ethos* objetivista” (AVELAR, s-d). Segundo Avelar, a historiografia da ditadura permanece ainda muito marcada pelos pressupostos que desde o século XIX orientaram o fazer histórico: o signo do arquivo e das revelações, condição esta que têm inviabilizado discussões mais aprofundadas do passado recente. A dificuldade em lidar com o trauma como categoria residiria em sua natureza de temporalidades superpostas que fraturam a ordem do tempo linear. No caso da hipótese da frustração colocada por Carlos Fico, manter-se-ia, de acordo com Alexandre Avelar, a irreversibilidade do tempo, a possibilidade de, com o passar dos anos, reter no passado os eventos que produziram decepções coletivas. Enunciar um evento como traumático significaria, sobretudo, admitir que a memória e a história não são tão facilmente discerníveis e que, com isso, a ciência histórica baseada na objetividade e no distanciamento perderam sentido. Este seria o rumo de uma indisciplinarização da História. Sintomaticamente, ela tem nascido da oposição ao autoritarismo, do desejo inconformista e das margens do pensamento historiográfico.

Considerações finais

Desde meados dos anos 2000, uma série de acontecimentos locais, regionais e globais - desde a chegada do líder sindical vítima da ditadura Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República no Brasil, passando pelo crescimento de uma cultura de Direitos Humanos no cenário internacional, até a convergência de estudos em múltiplas áreas para os temas do tempo e da temporalidade, sua aceleração e multiplicidade contemporânea -, a história oral, o testemunho e a memória não apenas ganharam espaço na historiografia brasileira e latino-americana, como contribuíram para aproximar o campo do espaço público e da cena política. Pode-se afirmar também que a emergência política e social de grupos de direita e de extrema direita no Brasil e no Cone Sul representados pela defesa de sentidos positivos acerca de períodos autoritários recentes, provocou reflexões na área acadêmica sobre o papel social do(a) historiador(a) (DUMOULIN, 2017) e sua participação no processo social mais amplo de produção e transformação de consciência histórica.

Crescentemente, narrativas sobre a constituição de uma memória social a respeito da ditadura passaram a entrelaçar a Anistia política de 1979 e o período transicional, mais ou menos entre 1974 e 1985, à luta política pelo paradeiro dos corpos desaparecidos, pela responsabilização militar das violações cometidas em nome do Estado e no interior de prédios de órgãos públicos, pelos direitos humanos dos sujeitos e subjetividades inconformistas diante do terrorismo de Estado - nomenclatura esta que já havia se estabelecido nos debates historiográficos de outros países do Cone Sul, com destaque evidente para a Argentina. Mais especificamente, os estudos históricos sobre as memórias das vítimas da ditadura consistiram também em argumentações sobre o problema da impunidade dos agentes violadores do Estado e da ausência pública de responsabilização pelos crimes da ditadura.

Nesse percurso, o desenvolvimento da História do Tempo Presente esteve intimamente relacionado à multiplicação das demandas memoriais e sociais por reconhecimento, verdade e justiça, entre outras denominações, em diferentes regiões como África, América Latina e Canadá. Conforme notou Christian Delacroix (2018), a despeito das profundas diferenças que marcam esses processos, há, em comum, uma demanda de caráter cívico por fazer justiça às vítimas esquecidas das ditaduras e regimes autoritários em passados próximos, provocando novas interrogações a respeito das relações entre história e memória, entre história e demanda social, ou ainda entre pesquisa histórica e julgamento moral.

Entre os vários desdobramentos da articulação entre tais processos da política, da cultura e da historiografia, destacamos a questão do estatuto e da problemática da memória na

história e da chamada invasão testemunhal ao mundo tradicionalmente associado aos documentos e arquivos. Em tradução publicada no Brasil no ano de 2017, Berber Bevernage formulou talvez a questão mais perturbadora a respeito dessas transformações no seio da produção historiográfica: “por que é tão difícil entender o passado assombroso e irrevogável na perspectiva da historiografia acadêmica e do pensamento histórico moderno ocidental em geral?” Diríamos em complementação: Por que a inscrição testemunhal das vítimas da ditadura encontra tantos obstáculos no campo da reflexão historiográfica brasileira?

Pesquisador pós-doutorando na Universidade de Ghent, na Bélgica, Bevernage apresenta a hipótese contra intuitiva de que o conceito de tempo histórico, em geral, empregado por historiadores(as) profissionais tem muito mais em comum com o ponto de vista dos perpetradores dos crimes, do que com aqueles de suas vítimas. Ou seja, os temas relacionados ao pós-ditadura e-ou à justiça de transição tem se consolidado como o palco para um embate entre diferentes regimes de historicidade (Hartog, 2013) no qual o passado continua sendo concebido pelos(as) historiadores(as) como irreversível. A explicação para esse descompasso em relação às simultaneidades sociais e sobreposições memoriais estaria numa tradição de conceitualizações de tempo e historicidade que têm restringido um sem número de pesquisadores(a) a compreender, reconhecer ou mesmo imaginar o passado como “irrevogável” – impedindo-os(as), assim, de senti-lo ou vivenciá-lo como parte do presente.

Neste artigo, não buscamos o exercício de mapeamento da inscrição testemunhal na historiografia da ditadura brasileira com pretensões de esgotar o tema. Longe disso, pretendemos contribuir com a disciplina histórica a partir da identificação e discussão de diferentes concepções de incorporação e abordagem da atmosfera memorial ou do chamado dever de memória, localizadas em narrativas distintas, ainda que entrecruzadas, a respeito da reflexão historiográfica produzida nas últimas duas décadas. Concluímos fundamentalmente que o passado traumático ligado ao regime de exceção no Brasil vem constituindo um amplo espaço de memórias incômodas e silenciadas, marcadas pela violência e pela injustiça, que continuam fermentando novas linguagens, sentidos e projetos em uma luta política que as sobrepõe no século XXI periférico: o direito ao testemunho como um direito ao tempo.

Referências bibliográficas:

- ARAÚJO, Maria Paula. *A Utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- AVELAR, Alexandre de Sá. *Rumo à indisciplinarização? Tempo histórico e a historiografia recente sobre o período militar*. Disponível em

https://www.academia.edu/19973700/Rumo_%C3%A0_indisciplinariza%C3%A7%C3%A3o_Tempo_hist%C3%B3rico_e_a_historiografia_recente_sobre_o_per%C3%ADodo_militar (s-d) Acesso em 5 de maio de 2020.

BAUER, Caroline. “Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar”. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 148-169.

BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Tradução de André Ramos, Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes – Mariana: SBTHH, 2018. 364p.

CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia. Una aproximación a la guerrilla de los años setenta*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2013.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique (Dir.). *Entre mémoire collective et histoire officielle: l'histoire du temps présent en Amérique latine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

CUESTA, Josefina. *La odisea de la memoria: historia de la memoria en España*. SigloXX. Madrid, Alianza, 2008, 496p.

DAHÁS, Nashla Dahás. “As esquerdas radicais no Brasil e no Chile. Pensamento político, história e memória nos anos de 1960 e 70”. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro-RJ, maio de 2015.

D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.) *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 328p.

DELACROIX, Christian. “A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?” *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L’histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “História oral e narrativa: tempo, memória e identidades”. *História Oral*, 6, 2003.

DELLAMORE, Carolina, AMATO, Amato, BATISTA, Natália (Orgs.). *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. 1ed; Belo Horizonte: Letra e Voz, 2017.

FALCÃO, Luiz Felipe. “Artifícios e Artefatos entre Memória e História”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 56 - 80. set./dez. 2015.

FICO, FERREIRA, ARAUJO & QUADRAT (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo. “As Representações Fílmicas de Vera Silvia Magalhães: Gênero, Testemunho e Resistência”. *Revista Porto das Letras*, Vol. 03, Nº 02. 2017.

FRANCO, Marina. “Reflexiones sobre la historiografia Argentina y la Historia reciente de los años ’70”. In: *Nuevo Topo*. Nº1. 2005.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado. A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2014.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945: latência como origem do presente*. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 272 p.
- JELIN, Elizabeth. “Memoria y democracia. Una relación incierta”. *Rev. mex. cienc. polít. soc* vol.59 no.221 México may./ago. 2014.
- JOFFILY, Mariana. “Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.
- LACAPRA, Dominick. *Historia em tránsito*. Experiencia, identidad y teoría crítica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes* (1986). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LONGONI, Ana. *Traiciones*. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Buenos Aires: Grupo Norma, 2007.
- LORENZ, C. BEVERNAGE, B. (ed.) *Breaking up time: negotiating the borders between presente, past and future*. Gottingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na trajetória da música popular brasileira (1959-1969)*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.
- PASSERINI, Luísa. *Memoria y utopia: la primacia de la intersubjetividad*. Valencia: Universitat de Valencia, 2006.
- PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Escritos indignados: polícia, prisões e política no Estado autoritário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PINTO, Julio Vallejos; ARGUDÍN, María Luna. *Cien años de propuestas y combates. La historiografía chilena del siglo XX*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco, 2006.
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio.” In.: *Estudos Históricos*. Vol2. N.3. Rio de Janeiro. p. 3-15. Vértice. 1989.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.
- POZO, Jose Del. “Los militantes de base de la izquierda chilena: Orígenes sociales, motivaciones y experiencias en la época de la Unidad popular y en los años anteriores”. *European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, No. 52 (June 1992), pp. 31-55.
- REIS, Daniel Aarão. ‘Ditadura no Brasil entre memória e história’. In: Rodrigo Patto Sá Motta (Org.). *Ditaduras militares*. Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida a Mariana Joffily e Sergio Luis Schlatter, publicada em *Tempo e Argumento*, Revista do Programa de Pós Graduação em História da UDESC – Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, v.3, n.1, p.239-255; jan-jun de 2011.

- REIS, D. A.; Sá, J. F. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.
- REIS, D. A. *A Revolução Faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- REIS, D. A.; Ferreira, J. (orgs.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- REIS, Daniel, et al. *Versões e Ficções*. O sequestro da história. Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.
- RIDENTI, M. “A época de 1968. Cultura e política”. In: Fico, C.; Araújo, M. P. (Org.) *1968. 40 anos depois. História e Memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, pp. 81-91.
- ROLLEMBERG, D. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- ROSSI, P. *O Passado, a Memória, o Esquecimento: Seis Ensaios da História das Ideias*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres. Ditaduras e memórias*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- SCHMIDT, Benito Bisso. “De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual”. *Anos 90*, Porto Alegre, v.22, n.42, p.153-177, dez.2015.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja e a ditadura*. “A memória dos militares refaz a história”. *HAO*, Núm. 31 (Primavera, 2013), 95-107.
- TELES, Edson. “Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura”. (s-d) Acessível em http://www.academia.edu/640382/Pol%C3%ADticas_do_sil%C3%A2ncio_a_mem%C3%B3ria_no_Brasil_p%C3%B3s-ditadura (Último acesso em janeiro de 2015)
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TELES, Janaína de Almeida. “*Memórias dos cárceres da ditadura: testemunhos e lutas dos presos políticos no Brasil*”. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, abril de 2011.